

Senado vota amanhã a Lei de Patentes

Projeto a ser apreciado tem duas versões, diferentes em vários pontos - uma da Comissão de Assuntos Econômicos e outra da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Aprovada a proibição a armas químicas

O Senado aprovou ontem 10 acordos assinados pelo Brasil com outros países e convenções internacionais. Entre eles, está o texto da Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso de Armas Químicas e sobre a Destruição de Armas Químicas. Essa Convenção, fruto de 25 anos de negociações, também proíbe o país signatário de transferir armas químicas.

Receberam votos favoráveis dos senadores a Convenção Interamericana sobre Obrigação Alimentar, o Acordo de Co-Produção Audiovisual celebrado com o Canadá e o Acordo de Combate à Produção e ao Tráfico de Entorpecentes, com Cuba.

O Senado aprovou também acordo sobre serviços aéreos firmado com a China, um protocolo interpretativo do artigo 44 do Tratado de Montevideu (que criou a Associação Latino-Americana de Integração) e um acordo de cooperação cultural com a Turquia.

Foi aprovado ainda um financiamento no valor de 68,7 milhões de francos franceses para reaparelhamento da Marinha.



Na Comissão de Relações Exteriores, o ministro da Defesa da Argentina, Oscar Camillón, propôs a intensificação das operações militares conjuntas entre países do Mercosul. Página 2

Projeto sobre transplantes ganha urgência no plenário

O Senado aprovou na tarde de ontem requerimento das lideranças partidárias no sentido de que o plenário vote em regime de urgência o projeto de regulamentação de transplantes de órgãos, que tramita na Casa. De acordo com a proposição, qualquer cidadão, ao falecer, é "doador presumido" e poderá ter os órgãos imediatamente doados após detectada a sua morte.

Como relator, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ofereceu um substitutivo à matéria, elaborado a partir de projeto apresentado pelos se-



Alcântara



Darcy

nadores Darcy Ribeiro (PDT-RJ), José Eduardo Dutra (PT-SE) e Benedita da Silva (PT-RJ). A matéria deverá entrar na pauta de votações amanhã e, caso seja aprovada, será encaminhada à Câmara dos Deputados.

A urgência foi pedida em discurso no plenário pelo senador Lúcio Alcântara. O senador Darcy Ribeiro foi pessoalmente dar a notícia da aprovação da urgência ao paciente renal crônico Luís Fernando dos Santos, que realizava um protesto em frente ao Congresso.

O projeto da nova Lei de Patentes do país será votado pelo plenário do Senado amanhã, conforme requerimento de urgência aprovado ontem pelos senadores, com 43 votos favoráveis, uma abstenção e 11 contrários. Votaram contra a urgência o PT, o PDT e o PSB e alguns senadores de partidos que apoiam o governo, como Roberto Requião (PMDB-PR).

O senador José Eduardo Dutra (SE), líder do PT, protestou contra a urgência que os partidos governistas decidiram dar à Lei de Patentes, às vésperas da viagem do presidente Fernando Henrique Cardoso ao Japão, país que insiste na nova legislação, assim como os Estados Unidos. Dutra lembrou que está chegando ao Brasil o secretário de Estado norte-americano, Warren Christopher.

O projeto a ser votado tem duas versões, diferentes em vários pontos - uma da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e outra da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As duas comissões analisaram exaustivamente a proposta. A Comissão de Justiça aprovou parecer do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) e a Comissão de Assuntos Econômicos acolheu proposta do senador Fernando Bezerra (PMDB-RN).

Uma das maiores diferenças entre os dois pareceres dados ao projeto de Lei de Patentes refere-se à aceitação ou não do chamado *pipeline*, que permite retroagir o pagamento pelos direitos autorais sobre patentes (a CCJ é contra o *pipeline* e a CAE, a favor).

**Quebra da safra
ameaça Real,
alerta Osmar**

Página 4

Camillion exalta nova relação com Brasil

Ministro da Defesa da Argentina ressalta superação de desconfianças e pede intensificação de operações militares conjuntas no âmbito do Mercosul



Antonio Carlos Magalhães

ACM propõe prazo rígido para Orçamento

Projeto de lei destinado a estabelecer prazo mais rígido para que o Executivo envie ao Congresso Nacional a proposta de lei orçamentária anual e plurianual é o que pretende apresentar o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), conforme anunciou ontem.

Argumentou o senador que o governo federal, da maneira como vem se comportando, pretende que o Legislativo não tenha condições de exercer a contento sua faculdade de votar o orçamento anual da União e o Plano Plurianual. Antonio Carlos considerou a situação uma vergonha para o país.

Maldaner quer liberar FGTS para reconstrução

Os trabalhadores cujas moradias forem atingidas pelos efeitos de catástrofes naturais poderão movimentar suas contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para utilização na reforma ou reconstrução da casa própria, caso seja aprovado pelo Congresso projeto apresentado ontem pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC).

Preocupado com a dimensão social das tragédias que vêm assolando o país, especialmente os estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro e São Paulo, Maldaner enfatizou a necessidade de adoção de medidas capazes de responder a situações emergenciais graves e prementes.

- O que se almeja é que aquelas famílias cuja moradia tenha sido seriamente danificada em decorrência de fenômenos naturais possam

voltar a viver sob seu próprio teto - afirmou.

Maldaner sublinhou que a nova hipótese de saque do FGTS "não tende a representar parcela significativa de retiradas do fundo, não comprometendo, assim, os recursos gerais disponíveis para aplicações nas áreas de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana".



Casildo Maldaner

"Quando as coisas vão bem para o Brasil, certamente vão bem para a Argentina", afirmou ontem, durante palestra na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CRE), o ministro da Defesa da Argentina, Oscar Camillion. Segundo o ministro, a superação das desconfianças mútuas cultivadas ao longo de vários anos por brasileiros e argentinos, que agora se tornaram parceiros, inaugurando uma nova era de relacionamento entre os dois países, "foi uma conquista de minha geração, a mesma de José Sarney e Antonio Carlos Magalhães".

Assistiram à conferência, no plenário da Casa, os presidentes do Senado, José Sarney, e da CRE, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), os ministros da Marinha, Mauro César Rodrigues Pereira, e da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Ronaldo Sardenberg, senadores, deputados e diplomatas.

Camillion falou sobre "A Versão Argentina da Defesa", sugerindo a intensificação de operações militares conjuntas entre os países que integram o Mercosul.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

- 10h - Despachos Internos.
- 11h - Recebe o deputado Eliseu Resende (PFL).
- 11h30 - Recebe o deputado Elias Abrahão (PMDB/PR).
- 14h30 - Presidente sessão deliberativa do Senado.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado.

Pauta: Votação em primeiro turno da PEC nº 61/95, que permite a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras, e concede autonomia às instituições de pesquisa científica e tecnológica; segundo dia de discussão em segundo turno da PEC 68/95, que trata do Fundo de Estabilização Fiscal, nova denominação do Fundo Social de Emergência; segundo dia de discussão em primeiro turno da PEC 01/96, que flexibiliza o monopólio de resseguros; além de dez Projetos de Decretos Legislativos referentes a outorga e renovação de permissão para exploração de serviços de radiodifusão.

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Apreciação do PLS nº 73/95 (terminativo), que modifica o pa-

rágrafo 1º do art. 74 do Código de Processo Penal para incluir na competência do Tribunal do Júri o julgamento de crimes contra a Administração Pública, o Sistema Financeiro Nacional, a Seguridade Social e a Ordem Tributária; PLS nº 54/95 (terminativo), que cria a Ouvidoria-Geral da República; PLS nº 62/95 (terminativo), que dispõe sobre o controle social dos atos de gestão da administração pública; PLS nº 250/95 (terminativo), que determina a gratuidade dos serviços concernentes aos registros públicos para os cidadãos que provarem insuficiência de recursos; PLS nº 277/95 (terminativo), que autoriza a criação da Comissão Especial de Investigação, com âmbito de atuação na administração pública federal; entre outras matérias. Local: Sala 03 - Ala senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação da Mensagem Presidencial nº 105/96 (não-terminativo), solicitando alteração do art. 5º da Resolução nº 68/93, que autoriza a celebração de acordo-quadro entre o Brasil e o Bird, relativo ao Programa para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil; PLC nº 122/93 (não-terminativo), que determina a devolução aos legítimos proprietários dos valores relativos ao Fundo 157; PLS nº 99/95-Complementar (não-terminativo), que dispõe sobre o preenchimento dos cargos de presidente e de diretor do Banco Central do Brasil; entre outras matérias. Local: Sala 19 - Ala senador Alexandre Costa.

Benedita critica LDB e defende a democratização do ensino

Senadora lamenta que governo tenha deixado educação infantil nas mãos apenas da iniciativa privada e condena descaso com supletivo

"Não podemos entender uma educação que não envolva o conjunto da sociedade, que não envolva pais, docentes, técnicos, alunos e governo numa ação coletiva, que é a mais democrática forma de conduzir nossas crianças", disse ontem a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), ao comentar o programa do Partido dos Trabalhadores para a educação brasileira. A senadora criticou o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação, recentemente aprovado pelo Senado, porque, na sua opinião, não trata em profundidade a educação in-



Benedita da Silva

fantil.

Benedita da Silva também censurou a "inexpressiva" preocupação governamental com a educação infantil, que em sua opinião está basicamente nas mãos da iniciativa privada, e sustentou a necessidade de o Estado brasileiro propiciar creches e estabelecimentos pré-escolares para as crianças que ainda não atingiram idade para o ensino regulamentar.

Outra crítica da senadora é quanto ao que considera negli-

gência do projeto de LDB com o ensino supletivo, destinado a aqueles que não tiveram condições de alfabetizar-se. Ela observou que o ensino profissionalizante não deve ser de pior qualidade, mas, sim, capaz de garantir um futuro profissional para o aluno.

Para Benedita da Silva, a educação não deve ser uma preocupação apenas do governo, mas das diversas entidades da sociedade, entre elas sindicatos, igrejas, universidades e partidos políticos. A senadora condenou as iniciativas educacionais que impõem uma cultura estranha a segmentos étnicos nacionais, "que poderiam render muito mais dentro de sua própria cultura".



Marina Silva

Marina quer acabar com aposentadorias especiais de políticos

A senadora Marina Silva (PT-AC) anunciou ontem que vai apresentar projeto de lei estabelecendo o fim das aposentadorias especiais para ex-governadores. Marina também sugeriu que as aposentadorias dos parlamentares federais e estaduais sejam revistas.

Segundo a senadora, 16 estados vêm concedendo o benefício a ex-governadores que exerceram mandatos de quatro anos, ou até de sete meses. Essas aposentadorias, acentuou, são integrais e "inclusive com verba de representação". Citou ainda o caso de estados que pagam cerca de 65 salários mínimos a ex-primeiras-damas, de acordo com pesquisa que apresentou em plenário.

Marina Silva considerou "uma aberração" estados pobres como o Acre e o Maranhão pagarem 100% de aposentadoria aos seus ex-governadores. Ela lembrou que, quando deputada estadual, sempre lutou contra essa instituição, apresentando propostas que foram "sistematicamente" arquivadas.

- Como explicar aos cidadãos que eles necessitam de 30 e 35 anos de trabalho para se aposentarem, quando governadores precisam apenas de quatro anos ou sete meses, caso o vice assuma? - indagou.

Em aparte, os senadores Sebastião Rocha (PDT-AP), Ademar Andrade (PA), líder do PSB, e Pedro Simon (PMDB-RS) apoiaram Marina Silva.

Mauro Miranda registra morte de educador goiano

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) registrou ontem seu pesar pela morte do professor, político, administrador e jurista Colemar Natal e Silva, em sua opinião, "um dos goianos mais ilustres dos século XX".

Conforme o senador, Colemar foi essencialmente um educador, "aclamado sempre na natureza do mestre atento, informado e em permanente evolução".

Miranda informou que a maior contribuição de Colemar Natal e Silva para a sua geração foi a luta para fundar e implantar a Uni-



Mauro citou a luta de Colemar por universidade

versidade Federal de Goiás, da qual foi reitor por dois mandatos.

"É um crédito pessoal que permanecerá como dívida impagável de todos os goianos", disse Mauro Miranda. Aos que desejam conhecer o perfil do homenageado, o senador sugeriu a consulta à biografia do educador publicada pela universidade.

Documento digitalizado pode ter valor legal

O senador Sebastião Rocha apresentou ontem projeto de lei dispondo sobre a atribuição de valor jurídico a documentos digitalizados. Adiantou que o objetivo da medida é "tomar oficiais os modernos processos tecnológicos, especialmente aqueles que se destinam ao armazenamento de dados".

Rocha explicou que o projeto visa a "superar a relutante aceitação do sistema de arquivamento digitalizado, como meio eficaz de armazenamento de informações, e torná-lo desde logo executável".

Com o debate do projeto, Sebastião Rocha disse esperar ver reforçada a proposta do senador Roberto Freire (PPS-PE) de que seja criada no Senado Federal a Comissão de Ciência e Tecnologia.



Rocha

Osmar Dias adverte que a quebra na safra ameaça Real

Perda de divisas deve chegar a R\$ 3 bilhões, segundo o senador, que critica falta de planejamento do governo federal

O senador Osmar Dias (PP-PR) atribuiu ontem a quebra de safra de 10 milhões de toneladas, estimada para este ano, à falta de planejamento governamental. Ele previu que isso pode significar grave ameaça à sustentação do Plano Real, em virtude da importação de alimentos que o país será obrigado a fazer.

"A perda de divisas deverá atingir R\$ 3 bilhões, ultrapassando em muito o custo do polêmico Sivam e de outros projetos em tramitação no Congresso Nacional", alertou.

De acordo com o senador, o



Osmar Dias

Brasil será obrigado a importar 12 milhões de toneladas de grãos, o que causará impacto significativo na balança comercial. Disse lamentar que o país, um dos maiores produtores de alimentos do mundo,

seja obrigado a adquirir no mercado internacional, este ano, 1 milhão de toneladas de milho e 180 mil toneladas de feijão.

Osmar Dias estranhou que o governo, sabendo de antemão que o mercado mundial de alimentos iria atravessar fase de escassez, não tenha se empenhado em aumentar a produção agrícola. Adiantou que a FAO prevê que, se o Brasil não ampliar em 60% os índices de produtividade rural ou a área de plantio, será transformado em breve num país importador de alimentos.



Carlos Bezerra

Carlos Bezerra alerta para riscos do desemprego

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) quer mais empenho do governo no combate ao desemprego. Ele disse ontem ter a impressão de que o governo ainda não percebeu a real dimensão desse problema que, a seu ver, representa uma séria ameaça à solidez e à estabilização da economia brasileira.

- Fator de risco para economias mais robustas, em países com melhor distribuição de renda, para a sociedade brasileira, o desemprego pode ser fatal -, afirmou o senador.

Bezerra citou pesquisa divulgada pela revista *IstoÉ*, que aponta o desemprego como preocupação número um da população. Para ele, esse é um fator que leva ao desespero um cidadão que precisa trabalhar e sustentar a família.

- Mas parece que isso não afeta o bom humor das autoridades governamentais, mais voltadas para questões como competitividade internacional, modernização e globalização econômica - disse.

Em aparte, Lauro Campos (PT-DF) manifestou a sensibilidade de seu partido para com a questão do desemprego, que considerou "estorcedora". Lauro Campos criticou o governo e o IBGE por suas estatísticas "disfarçadas" sobre o índice de desemprego no país.

Suassuna destaca importância das viagens de FHC

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) elogiou o pragmatismo e a disposição com que o presidente Fernando Henrique Cardoso tem realizado verdadeira "maratona" de viagens ao exterior. Segundo o senador,



Ney Suassuna

essas viagens são altamente positivas para o governo conseguir "mais recursos, mais emprego e mais progresso para o país".

Suassuna advertiu, contudo, para a necessidade de o presidente da República, em suas viagens, apresentar maior quantidade de projetos. "Louvo a ação do presidente,

mas peço que faça bons e mais projetos".

Sobre o encontro com o presidente do Peru, Alberto Fujimori, o senador destacou a busca do estreitamento de relações comerciais e o compromisso firmado entre os dois países objetivando uma saída para o Pacífico.

A ligação do Brasil com o Pacífico, conforme o acordo, começaria no estado do Acre, com a construção de uma estrada entre o Brasil e o Peru, e, no entender de Suassuna, "será uma grande conquista para o país".

Em aparte, Carlos Bezerra (PMDB-MT) esclareceu que a o acesso ao Pacífico já existe, e que a estrada ligando Mato

Grosso com a Bolívia foi praticamente concluída quando era governador do estado, com o apoio do então presidente da República José Sarney. Já Pedro Simon (PMDB-RS) disse que a saída para o Pacífico poderá ocorrer mais facilmente pelo Sul do país.

Marina Silva (PT-AC) lamentou que a estrutura do estado do Acre, carente de estradas e de energia elétrica, seja "tão frágil" que, à primeira oportunidade de servir como acesso ao Pacífico, outros estados entrem na "disputa". Mesmo enaltecendo o presidente Fernando Henrique Cardoso, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) disse estar faltando ao governo "um ministro tocador de obras".

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalma Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Soraia F. do Carmo ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.